

## CAPÍTULO 4

# AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL (EAN) DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), REALIZADAS DURANTE A PANDEMIA E PÓS- PANDEMIA DE COVID-19, MACEIÓ/AL

*Data de aceite: 01/02/2024*

### **Arícia Quitério Carnaúba**

Discente do Curso de Nutrição/ Centro  
Universitário Cesmac

### **Isabelle Cavalcante de Omena**

Discente do Curso de Nutrição / Centro  
Universitário Cesmac

### **Giane Meyre de Assis Aquilino**

Docente do Curso de Nutrição do Centro  
Universitário Cesmac

alimentação saudável, consumo de frutas, legumes e hortaliças e a classificação dos alimentos e boas práticas tiveram maior destaque, contudo, a 1º GERE apresentou resultados mais positivos quando comparado a 13º, Portanto, é preciso frisar a necessidade de adaptação e continuidade dessas iniciativas diante de cenários desafiadores e supervenientes pra a manutenção de uma alimentação saudável a crianças e adolescentes da rede pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** EAN. PNAE. COVID-19.

**RESUMO:** O estudo sobre as ações de educação alimentar (EAN) vem sendo amplamente estudados para determinar sua eficácia na melhor qualidade de vida da alimentação e principalmente no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), diante do surgimento inesperado da COVID-19, ocasionando mudanças drásticas seja na educação básica pública quanto na alimentação. Assim, analisar os efeitos trazidos pelo EAN durante sua aplicação na educação básica e nutricional através de uma estratégia de pesquisa de campo fornecida pelo Governo de Alagoas e fundada em fontes bibliográficas presentes nas plataformas Google acadêmico e BVS. Os resultados revelam que temas como

**ABSTRACT:** The study on food education actions (EAN) has been widely researched to determine its effectiveness in improving the quality of life regarding nutrition, especially within the National School Feeding Program (PNAE), given the unexpected emergence of COVID-19, leading to drastic changes in both public basic education and nutrition. Thus, analyzing the effects brought about by FEA during its implementation in basic education and nutrition through a field research strategy provided by the Government of Alagoas and based on bibliographic

sources found on the Google Scholar and BVS platforms. The results reveal that topics such as healthy eating, consumption of fruits, vegetables, and food classification, as well as good practices, received greater attention. However, the 1st Regional Education Management (1st GERE) showed more positive results when compared to the 13th, highlighting the need for adaptation and continuity of these initiatives in the face of challenging and unforeseen scenarios to maintain healthy nutrition for children and adolescents in the public school system.

**KEYWORDS:** EAN. PNAE. COVID-19.

## INTRODUÇÃO

Um dos mais antigos programas de suplementação alimentar no país, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE foi criado em 1955, no então governo Getúlio Vargas. Regulamentado pela Lei 11.247 de 16 de junho de 2009, o PNAE, através do repasse financeiro, visa atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante o período letivo a contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis, através de ações relacionadas a educação alimentar e nutricional, e com a oferta de refeições saudáveis (BRASIL, 2009).

O PNAE está consagrado como uma ação política em torno de práticas alimentares em escolas públicas e que inclui a educação alimentar e nutricional no processo de aprendizagem com base nos princípios estratégicos para Segurança Alimentar e Nutricional (LIBERMANN, 2015). Suas refeições devem ser elaboradas com o propósito de garantir a melhor qualidade nutricional para os estudantes, sejam crianças ou adolescentes (SANTOS, 2019; RODRIGUES, 2020).

Dentre os desígnios inerentes a esse programa destacamos o comprometimento com as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que têm como objetivo promover a educação, conscientização e adoção de práticas alimentares saudáveis, visando à melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças relacionadas à alimentação, buscando ir além da simples transmissão de informações sobre nutrição, envolvendo também aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais relacionados à importância de uma alimentação equilibrada e a compreensão dos impactos dessa na saúde individual e coletiva (BRASIL, 2014).

O Nutricionista, mediante a Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, é o profissional responsável por cuidados nutricionais e confecção dos cardápios. Os cuidados envolvem o planejamento voltado a atenção e participação em atividades de EAN, desenvolver materiais educativos, que contribuam para a disseminação de conhecimentos sobre uma alimentação adequada e nutricionalmente balanceada, ratificado pela Lei nº 13.666/2018 (BRASIL, 2018).

Segundo as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, é atribuição da Secretaria de Educação, da Prefeitura Municipal e da escola federal, dentro de sua área de atuação administrativa, promover a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no processo de ensino e aprendizagem. Essa inclusão deve ser realizada de forma coordenada entre os profissionais de educação, o responsável técnico e nutricionistas (BRASIL, 2020).

A EAN pode ser entendida como um agregado de informações, cujo objetivo é tirar dúvidas a cerca de alimentação e nutrição, contribuindo com mudanças no hábito alimentar dos indivíduos, possibilitando o incentivo da saúde com a prevenção, tratamento ou recuperação de patologias e perturbações nutricionais (TOASSA et al., 2010). A unidade escolar, por ser um ambiente onde os estudantes passam um longo período do dia, consegue influenciar de forma significativa a criação de conceitos e opiniões, sendo um local efetivo para a implantação de qualquer programa voltado que seja educativo (SANTOS, 2012).

Em uma pesquisa realizada com 62 alunos da pré-escola com idade de 3 a 5 anos, foi observada que a utilização de atividades lúdicas como a disponibilização de cartazes apresentando a pirâmide alimentar e com personagens do “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, obtiveram um resultado satisfatório na educação alimentar e nutricional (OLIVEIRA; SAMPAIO; COSTA, 2014). Ante o exposto esse artigo possui o objetivo de ressaltar a importância das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de um estudo de caso documental, a partir de dados secundários disponibilizados pela Secretária de Educação do Estado de Alagoas (SEDUC/AL), cujo instrumento de pesquisa foi relatório técnico intitulado de Ações de Educação Alimentar Nutricional - EAN no ano de 2022 realizadas nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual de Alagoas localizada no município de Maceió, pertencentes a 1ª e 13ª Gerências Regionais de Ensino (GERE). Não ocorreu registro de ações presenciais em 2020 e 2021, período este marcado pela pandemia de COVID-19. Foram realizadas também uma busca bibliográfica nas bases de dados LILACS, biblioteca eletrônica SCIELO e o Google acadêmico a fim de identificar artigos científicos publicados no período de 2020 a 2022 com estudos de aplicação de Educação Alimentar e Nutricional - EAN remotas realizadas nas Unidades Escolares da Rede Pública no Brasil.

## **DISCUSSÃO**

A Pandemia que ocorreu no Brasil (COVID-19) durante os anos de 2020 e 2021, teve a orientação pelo Ministério da Saúde, que para a prevenção da transmissão do agente infeccioso (vírus SARS-Cov2) o isolamento social seria necessário, com isso acabou

ocorrendo uma grande mudança na rotina diária de milhões de pessoas (GUINANCIO et al., 2020). Durante a pandemia, as atividades escolares foram suspensas por todo o Brasil, fazendo com que fosse necessário repensar metodologias alternativas de ensino e aprendizado, e dessa forma, utilizar novas ideias para garantir que o PNAE se mantivesse ativo, para conseguir manter a oferta da alimentação escolar e as ações de EAN (FNDE, 2020).

Para o amparo legal quanto a atividade do PNAE, no mês de abril de 2020 foi publicada a lei Nº 13.987, de 07 de abril de 2020 que alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, autorizando, durante a suspensão das aulas, a distribuição de alimentos as famílias dos alunos das escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2020). Para amenizar os prejuízos escolares, causados pela pandemia, o Ministério da Educação (MEC) no dia 18 de março de 2020, autorizou a substituição das aulas pelo Ensino à Distância (EAD) e com isso a prática de ações de EAN de forma remota, poderiam acontecer coerente com os objetivos do PNAE (BRASIL, 2020).

E com isso, várias unidades escolares, como por exemplo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental em Maceió-AL, resolveram se adequar as aulas remotas e dessa forma desenvolver ações de EAN. As aulas ocorreram pelo Whatsapp, visto que era a rede social mais acessível para os estudantes, com alunos do ensino fundamental inicial, ensino fundamental final e também da Educação de Jovem Adultos (EJA). Os temas de um modo geral foram: hábitos alimentares de higiene antes de consumir os alimento, alimentação saudável, a importância da ingestão de água, o perigo dos alimentos ultraprocessados, entre outros. O conteúdo foi disponibilizado por fotos, vídeos curtos e slides (OLIVEIRA et al. 2020).

Outro exemplo de ações de EAN, com aulas remotas em 2020, foi realizado com escolares do ensino infantil ao 5º ano de uma escola pública de Cuité, PB. Foi utilizado o whatsapp como ferramenta para as atividades como: alimentação de baixo custo pode ser saudável, cantando e dançando no mercado com a formiguinha, Labirinto-Criança indo ao supermercado usando vídeos animados, caça-palavras através da plataforma virtual EFUTURO, entre outras ferramentas (NONATO et al. 2023).

Ribeiro e Silva (2021) realizaram ações de EAN remotas em uma instituição de ensino da rede pública na cidade do Rio de Janeiro, com a elaboração de quatro oficinas culinárias com os temas: do espetinho ao empratado: na cozinha da nossa casa, cineclube culinário: Enola Holmes e o mistério do bolinho, hambúrgueres e nossa saudade de socialização e comida como Patrimônio: pastel de Angu de Itabirito. Segundo os autores, as oficinas culinárias remotas alcançaram o objetivo de estimular o desenvolvimento de habilidades culinárias, sendo, portanto uma importante metodologia de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

Foram observados por alguns educadores, desafios nas experiências de EAN remotas, como a desigualdade no acesso a rede móvel e diversas situações familiares, a

exemplo da vulnerabilidade social e casos de violência doméstica. Porém, a realização das ações, apesar dos desafios ocorridos, foram importantes para a manutenção da ligação ensino e aprendizado (NONATO et al. 2023).

No ano de 2022, pós-pandemia, as Gerências Regionais de Alagoas - GERES que são responsáveis por assegurar a qualidade da educação, e incentivar a formação continuada de professores e gestores, além de elaborar ações para um melhor desempenho dos alunos na escola, como também são responsáveis por ações entre as escolas e a Secretaria de Estado da Educação, garantindo a implantação das políticas educacionais em Alagoas retornaram com as ações de EAN presenciais (GOVERNO DE ALAGOAS, 2023). Como demonstrado na Figura 1, das 13 GERES existentes no estado de Alagoas, participaram nesse estudo a 1ª e 13ª que são localizadas na capital Maceió, as outras são distribuídas em outros municípios.

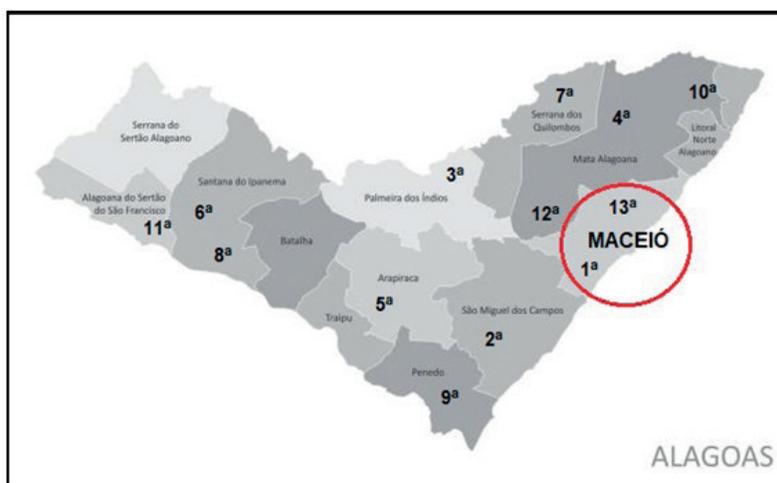


Figura 1. Gerências Regionais de Alagoas (GERE).

Fonte: Governo de Alagoas, 2023.

A 1ª GERE é composta por toda a parte baixa da cidade e também os municípios que fazem parte da região metropolitana: Marechal Deodoro e Paripueira, e abrange 49 escolas e 3 centros educacionais, totalizando 52 unidades educacionais. Já a 13ª GERE abrange a parte alta da cidade de Maceió possui 54 escolas, juntas elas somam 106 unidades educacionais.

Destas unidades educacionais, 65,4% (n=34) e 52% n=28 da 1ª e 13ª GERES respectivamente, tiveram ações de Educação Alimentar e Nutricional, sendo contempladas no geral 58,5% (n=62) de unidades educacionais. Percebe-se, portanto que as escolas da 1ª GERE obtiveram um percentual maior de escolas assistidas pelas ações de EAN do que a 13ª GERE (Tabela 1).

Vale salientar que 34,6% (n=18) e 48% (n=26) da 1ª e 13ª GERES respectivamente, não tiveram ações de Educação Alimentar e Nutricional, sendo contempladas no geral 41,5% (n=44) de unidades educacionais. A explicação para isso é que existem poucos profissionais Nutricionistas contratados para a demanda de Unidades Educacionais em todo o estado de Alagoas, principalmente na capital.

De 26.757 estudantes matriculados nas escolas da 1ª e 34.536 nas da 13ª GERES, 63% (n=16.877) e 47,3 % (n=16.335) da 1ª e 13ª GERES respectivamente, tiveram ações de Educação Alimentar e Nutricional, sendo contemplados no geral 54,2% (n=33.212) de alunos matriculados. Observa-se que o percentual foi maior, dos alunos que participaram de ações de EAN, nas escolas da 1ª GERE (Tabela1).

GERES	Ano de 2022					
	Escolas (nº total)	Escolas (com EAN)	%	Alunos (nº total)	Alunos (com EAN)	%
1ª	52	34	65,4	26.757	16.877	63
13ª	54	28	52	34.536	16.335	47,3
1ª + 13ª	106	62	58,5	61.293	33.212	54,2

Tabela 1. Número e % de Escolas e Alunos que tiveram ações de EAN pelo Programa PNAE, na 1ª e 13ª GERES no município de Maceió/AL, em 2022, pós-pandemia.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação/AL, 2022.

Como verificado no Quadro 1. O relatório registrou em 2022 a realização de ações de EAN com a temática de alimentação saudável, abordando o conceito de alimentação saudável, realidade global, pirâmide alimentar, macro e micronutrientes, regra de ouro e dez passos para uma alimentação saudável.

2022	GERES	TEMAS DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR NUTRICIONAL
	1ª	Conceito de alimentação saudável; realidade global, pirâmide alimentar, macro e micronutrientes, regra de ouro, dez passos para uma alimentação saudável.
	13ª	Consumo de frutas, legumes e hortaliças, classificação das categorias de alimentos, consumo/uso consciente dos alimentos e utensílios nas unidades escolares, Doenças Crônicas Não transmissíveis e transtornos alimentares, PNAE e Mais merenda e consumo de água.

Quadro 1. Temas utilizados nas ações de EAN pelo Programa PNAE, nas 1ª e 13ª GERES no município de Maceió/AL, em 2022, pós-pandemia.

Fonte: Secretaria de Estado da Educação/AL, 2022.

Em 2022 as ações que foram contempladas na 13ª GERE foram: consumo de frutas, legumes e hortaliças, classificação das categorias de alimentos, consumo/uso consciente dos alimentos e utensílios nas unidades escolares, Doenças Crônicas Não transmissíveis e transtornos alimentares, PNAE e Mais merenda e consumo de água (Quadro 1).

De acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira, a exploração da pirâmide alimentar permite que os alunos compreendam a importância de uma dieta equilibrada e diversificada. Além disso, o conhecimento sobre macro e micronutrientes proporciona uma visão mais aprofundada sobre a composição dos alimentos e seus benefícios para a saúde. A regra de ouro e os 10 passos para uma alimentação saudável fornecem diretrizes práticas para a adoção de uma dieta adequada (BRASIL, 2014).

O retorno das atividades presenciais no ano de 2022 possibilitou o recomeço das ações de EAN, e metodologias ativas foram utilizadas para retomar os temas de forma efetiva. As ações foram realizadas com a produção e distribuição de panfletos, servindo como consulta rápida e prática, que poderia ser levada para o ambiente familiar; cartazes didáticos nas áreas comuns das escolas, como lembretes diários aos alunos; palestras com dinâmica em salas de aula, com o uso de slides e brincadeiras.

Segundo Alves (2020) a introdução de jogos e dinâmicas proporciona um aprendizado lúdico e divertido para os alunos; as rodas de conversas e apresentações de vídeos são ferramentas utilizadas para ampliar o debate e a troca de experiências, assim como a exposição de réplicas de alimentos para composição de um prato saudável, permitindo que os alunos explorem e conheçam diferentes alimentos, entendendo suas propriedades nutricionais e benefícios para a saúde.

Um trabalho semelhante com o presente estudo foi realizado em 39 unidades educacionais públicas em Passo Fundo/RS, sob a responsabilidade da 7ª Coordenadoria Regional de Educação, onde uma nutricionista, com carga horária semanal de 40 horas realizava visitas constantes a essas unidades, com o objetivo de verificar as condições das instalações gerais das cozinhas, espaço de distribuição das refeições e o almoxarifado de alimentos, bem como o cumprimento das normas do programa, ou seja, a realização de ações de EAN (RIBEIRO, 2013).

No ano de 2021 foi implantado o programa de estágio do Governo de Alagoas, intitulado “Pontapé”, com uma seleção não obrigatória que insere acadêmicos de Nutrição do ensino superior nos órgãos do Poder Executivo Estadual, onde esses estagiários participam diariamente do acompanhamento do estado nutricional dos alunos e a coleta de dados sobre a execução do PNAE, bem como, realizam ações de Educação Alimentar e Nutricional em conjunto com o profissional de Nutrição (RODRIGUES, 2020).

## CONCLUSÃO

Durante os anos de 2018 e 2019, as ações da EAN abordaram temas variados, desde o conceito de alimentação saudável até a doenças crônicas não-transmissíveis, alcançando diversos alunos nas GERES respectivas. Contudo, é importante destacar que, devido ao cenário de pandemia e às aulas remotas nos anos de 2020 e 2021, foi necessária uma adaptação e também busca por alternativas para continuar promovendo a educação alimentar mesmo em situações exigidas, assim sendo essencial a figura do nutricionista.

Os resultados mostram que a 1ª GERE e a 13ª GERE apresentam realidades diferentes em relação ao alcance das ações da EAN, com uma porcentagem significativa de alunos beneficiados em ambos, mas também uma parcela que não foi alcançada. Isso sugere a importância de avaliar e ajustar as estratégias de acordo com as necessidades de cada região. Quanto ao conteúdo das ações da EAN, os dados revelam que temas como alimentação saudável, consumo de frutas, legumes e hortaliças, classificação dos alimentos e boas práticas tiveram maior destaque. Em suma, o estudo demonstra a importância das práticas nutricionais do EAN e do PNAE dentro das escolas, porém, todavia, também ressalta a necessidade de adaptação e continuidade dessas iniciativas diante de cenários desafiadores e supervenientes quanto a uma alimentação saudável e consciente.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. M.; CUNHA, T. C. O. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 46-62, 2020.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, **autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica**. Acesso em: 2 set 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica – 2. ed. – Brasília: ministério da saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_para\\_a\\_pop\\_brasileira\\_miolo\\_internet.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_para_a_pop_brasileira_miolo_internet.pdf). Acesso: 23 de dezembro de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.666, de 14 de maio de 2018. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no âmbito regional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm). Acesso em: [Dados de Acesso].

BRASIL. Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 53, p. 39, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=343&ano=2020&ato=6f5UTVE5EMzWT599>. Acesso: 22 de dezembro de 2022.

FNDE. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Gestão**, 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13912-fnde-participa-do-ii-encontro-paranaense-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>. Acesso em: 10 fev. 2023.

GOVERNO DE ALAGOAS. **Gerências Regionais de Alagoas**. 2023. Disponível em: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/098c6f09-d1b7-4a20-b659-9789aac45832/resource/c3f1eaaf-9468-4a45-b996-617867d9071a/download/gerencias-regionais-de-alagoas>. Acesso: 21 de fevereiro de 2023.

GUINANCIO J. C. et al. COVID – 19: Desafios do cotidiano e estratégias de enfrentamento frente ao isolamento social, **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, 2020.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3533-3546, 2015.

OLIVEIRA, M. N.; SAMPAIO, T. M. T.; COSTA, E. C. Educação nutricional de pré-escolares – um estudo de caso. Oikos: **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n.1, p. 093-113, 2014.

NOGUEIRA, R. S.; SILVA, E. B. Oficinas culinárias remotas: relato de experiência em uma escola pública da rede federal de ensino. **Revista Mangút: Conexões Gastronômicas**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 191-204, jun. 2021.

NONATO, L. F.T et al. Educação alimentar e nutricional em casa: a experiência do ensino remoto na escola pública em município paraibano. **Revista Ciência Plural**,v.9, n.1, 2023.

RIBEIRO, P. A. L.; CERATTI, S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista GEDECON - Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 36-49, 2013.

RODRIGUES, S.A.S.; SANTOS, H. R.; SILVA, A. L.; COSTA, J. E.; OLIVEIRA, E. R. R. S. PAA /PNAE: política territorial para o desenvolvimento rural no território do médio sertão Alagoas / AL. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n. 5. 2020.

SAEDES, Governo de Alagoas. Superintendência de Segurança Alimentar e Nutricional, 2023. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/superintendencia/superintendencia-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-menu/gerencia-de-sistemas-descentralizados-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em 29 de maio de 2023.

SANTOS, R. Comida de casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciênc Saúde Colet**, v. 17, n. 2, p. 455-462, 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, **Relatório de ações de educação alimentar nutricional nos anos de 2018 a 2022 nas unidades escolares da rede pública estadual de alagoas localizada no município de Maceió**. Maceió: Secretária do Estado de Alagoas – SEDUC, 2022.

TOASSA, E. C.; LEAL, G. V. S.; WEN, C. L.; PHILIPPI, S. T. Atividades lúdicas na orientação nutricional de adolescentes do Projeto Jovem Doutor. **Nutrire**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 17-27, dez. 2010.